Assuntos : Acidente de viação.

Pedido de indemnização civil enxertado em processo penal.

Prazo para a contestação, (artº 67º do C.P.P.M e artº 85º do C. da Estrada).

Pedido de renovação de prova.

Condução sob efeito do álcool.

SUMÁRIO

1. Não obstante regular o artº 67º do C.P.P.M. o prazo (geral) para a contestação ao pedido civil enxertado em processo penal, (pedido de indemnização que é “fundado na prática de um crime”, cfr. artº 60º), regula (especialmente) o artº 85º do C.E., o pedido civil enxertado em processo penal em que se peticiona a indemnização por danos emergentes de um “crime ocorrido no âmbito de um acidente de viação”.

Há assim, uma “relação de especialidade”, sendo certo que, de acordo com os princípios gerais da interpretação das Leis, (“princípio da especialidade”) deve-se atribuir prioridade às “normas especiais” (em relação às “gerais”); (“lex specialis derogat legi generali”).

2. Nesta conformidade, tratando-se de processo penal cuja matéria é a prática de um crime ocorrido no âmbito de um acidente de viação, e dispondo o artº 85º, nº 3 do C.E. que o pedido de indemnização aí

deduzido “rege-se pelos termos do processo civil sumário”, o qual (no seu artº 671º, nº 3 do C.P.P.M.) preceitua ser de 15 dias o prazo para a contestação a tal pedido, este, o prazo a considerar – e não, o geral, de 10 dias, previsto no referido artº 67º, nº 1 do C.P.P.M..

3. O pedido de renovação de prova deduzido no âmbito de um recurso, é objecto de decisão interlocutória e a sua admissão depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

- que tenha havido documentação das declarações prestadas oralmente perante o Tribunal recorrido;
- que o recurso tenha por fundamento os vícios referidos no nº 2 do artº 400º do C.P.P.M.;
- que o recorrente indique as provas a renovar, com menção relativamente a cada uma delas dos factos a esclarecer e das razões justificativas da sua renovação; e,
- que existam razões para crer que a renovação permitirá evitar o reenvio do processo para novo julgamento, ou seja, que com a renovação, se consiga eliminar os vícios imputados à decisão recorrida.

4. A “condução sob influência do álcool”, constitui “negligência grosseira na condução”; (cfr. artº 66º, nº 3, al. a) do C.E.).

Se do exame efectuado se vier a apurar que o agente apresentava uma taxa de alcoolémia igual ou superior a 0,8 gramas por litro de sangue, é de se considerar o mesmo “sob influência do álcool”; (cfr. artº 12º, nº 5 do C.E.).

5. Inexiste, assim, o vício de insuficiência da matéria de facto provada

para a decisão se, resultando provado que do exame efectuado apresentava o arguido uma taxa de alcoolémia de 1.69 g/l, nesta consonância, se qualificou a sua conduta como “negligência grosseira na condução”.

O relator,
José Maria Dias Azedo

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. O Digno Magistrado do Ministério Público requereu o julgamento de (A), arguido com os restantes sinais dos autos, imputando-lhe a prática de um crime de “homicídio por negligência” p. e p. pelo artº 134º, nº 1 e 2 do C.P.M., de uma contravenção ao artº 4º, nº 2 do Código da Estrada e, uma outra ao artº 68º, nº 1 do mesmo código estradal; (cfr. fls. 111 a 112 e 141 a 142 que, como as que se vieram a referir, dão-se aqui como reproduzidas para todos os legais efeitos).

Oportunamente, (B), (C), (D), (E), (F) e (G), deduziram, pedido de indemnização civil, demandando a “COMPANHIA DE SEGUROS CHINA, S.A.R.L.” e pedindo a condenação desta no pagamento a seu favor de MOP\$1.353.480,00; (cfr. fls. 153 a 158).

Conclusos os autos ao Mmº Juiz titular do processo, proferiu o mesmo

despacho ordenando a citação da “Ré para querendo, no prazo de 10 dias, contestar nos termos do artº 67º, nº 1 do C.P.P.M.” assim como “para juntar aos autos a apólice ou cópia autenticada”; (cfr. fls. 159).

Seguidamente, vieram os demandantes civis, requerer “a alteração da causa de pedir e do pedido de indemnização civil anteriormente apresentado”, juntando um novo articulado com as alterações nele já introduzidas; (cfr. fls. 160 a 167).

Perante tal, proferiu o Mmº Juiz despacho admitindo a requerida “alteração” e ordenando nova citação da demandada; (cfr. fls. 168).

Em relação ao pedido inicialmente deduzido, contestou a demandada seguradora, requerendo a intervenção acessória provocada do arguido (A), pedindo, a final, a sua absolvição do pedido; (cfr. fls. 171 a 185).

Após notificação aos demandantes e Digno Magistrado do Ministério Público, e perante a nova contestação à petição alterada, foram os autos novamente conclusos ao Mmº Juiz lavrando o Sr. Funcionário a informação seguinte:

“Em 20.05.2002, com a informação de que me surgem dúvidas quanto à junção da contestação que segue avulsamente, uma vez que a companhia de Seguros da China, S.A.R.L. foi notificada em 04 de Maio de 2002”; (cfr. fls. 187).

Na sequência do informado, assim decidiu o Mmº Juiz:

“O despacho de fls. 168 foi notificado à demandada no dia 4 de Maio de 2002 (cfr. fls. 171), assim o prazo da contestação terminou no dia 14 de Maio de 2003, porém, esta só apresentou a contestação no dia 16.05.02 por via telecópia, altura em que já tem decorrido o prazo de contestação.

Nestes termos, restitua a contestação à demandada por apresentação intempestiva (artº 67º, nºs 1 e 2 do C.P.P.M.)”; (cfr. fls. 187).

De seguida, através de novo despacho, deferiu a requerida “intervenção provocada” do arguido e ordenou a citação do mesmo “para, querendo, contestar nos termos do artº 274º, no prazo de 10 dias”; (cfr. fls. 188).

Oportunamente, veio a demandada seguradora interpor recurso do despacho que não admitiu a sua (nova) contestação, motivando e concluindo nos termos infra:

“1ª A questão controvertida ora em análise cinge-se em saber qual o prazo previsto na lei para apresentação da contestação relativamente a pedido de indemnização civil por danos emergentes de acidente de viação, enxertado em processo penal.

2ª Quanto a esta matéria, o prazo da contestação é de 15 dias, em face do disposto no artigo 85º, nº 3, do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei nº 16/93/M, de 28 de Abril, conjugado com o artigo 671º, nº 1, do Código de Processo Civil.

3ª Prazo esse que, sendo peremptório e improrrogável, terminou no caso sub judice no dia 24 de Setembro de 2001, pelo que a contestação apresentada pela recorrente é tempestiva porque apresentada dentro do prazo previsto na lei.

4ª O artigo 85º, nº 3, do CE constitui uma disposição especial que respeita aos casos específicos de pedido de indemnização civil por danos resultantes de acidente de viação, enxertado em processo crime.

5ª Disposição normativa especial que se encontra plenamente em vigor; não tendo sido revogada pelo legislador do novo Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto- Lei nº 48/96/M, de 2 de Setembro, o que afasta a aplicação do regime prescrito no artigo 67º, nº 1, do Código de Processo Penal ao caso presente.

6ª No pedido de indemnização por acidente de viação deduzido em processo penal a nossa lei consagre o sistema da interdependência ou adesão (artigos 29º a 34º do CPP e artº 85º do CE), que se consubstancia numa verdadeira cumulação de acções com uma nítida componente processual penal, todavia, isso não obsta à aplicação dos princípios processuais civis em tudo o que não colida com a acção penal, porquanto o nº 3 do artº 85º do CE determina para tal pedido o regime do processo civil sumário.

7ª O pedido de indemnização civil deduzido no processo penal é uma verdadeira acção civil transferida para o processo penal por razões de economia e cautela no que respeita a possíveis decisões contraditórias se as acções civil e penal fossem julgadas separadamente.

8ª A verdadeira natureza civil do pedido tem como consequência, no que as partes respeita, que se lhes aplicam os princípios próprios do processo civil.

9ª Assim sendo, em tais situações, a actuação do juiz está balizada não só pelas regras gerais substantivas da responsabilidade civil por factos ilícitos consagradas no CC, como também pelas regras processuais civis em tudo em que não colidam com a acção penal.

10ª Aplica-se assim ao pedido de indemnização destinado à efectivação da responsabilidade civil por acidente de viação, enxertado em processo penal, a forma de processo civil sumário, por aplicação do artigo 85º, nº 3, do CE 671º do CPC, pelo que haverá que adoptar o prazo aludido no numero 1 do artigo 671º do CPC.

11ª Sendo, aliás, este o entendimento genericamente perfilhado pelo Tribunal Judicial de Base.

12ª Não aceitando a contestação apresentada pela recorrente, o despacho recorrido violou assim o regime previsto no artigo 85º, nº 3, do CE, conjugado com o artigo 671º, nº 1, do CPC.

13ª O principio da igualdade das partes deve observar-se ao longo de todo o processo, no sentido de que o tribunal deve assegurar um estatuto de igualdade substancial das partes, designadamente no exercício de faculdades, no uso de meios de defesa e na aplicação de cominações ou de sanções processuais (artº 4º do CPCM) pelo que se a pedido do A. a citação da R. se presume no terceiro dia posterior ao registo da carta para citação (fls. 168),

então também para a R. a data de citação deve ser presumida no terceiro dia útil posterior ao registo postal.

14ª Já nos termos do artigo 3º, nº 1 do CPCM prescreve-se ainda que a parte deve ter a possibilidade de se manifestar sobre qualquer decisão que a afecte pelo que a decisão de desentranhar logo a contestação é ilegal por violar do princípio do contraditório.

15ª O princípio do contraditório, no sentido em que só em casos excepcionais previstos na lei se podem tomar providências contra determinada pessoa sem que esta seja previamente ouvida (artº 3º, nº 2 do CPCM) também vigora no processo penal (cfr. entre outros o artº 63º, nº 2 conjugado com o artº 5º, nº 1 al. b) e 308º do CPPM). ”

A final, pediu a revogação do despacho recorrido; (cfr. fls. 190 a 198).

Sem que tenha sido apresentada qualquer resposta, foi o recurso admitido, com subida diferida, nos próprios autos e efeito devolutivo; (cfr. fls. 199 e 199-v).

Seguiram os autos os seus termos com contestação do arguido (cfr. fls. 203 a 208) e realização da audiência de julgamento.

Finda a audiência, decidiu o Colectivo:

Quanto a acção crime:

- condenar o arguido pela prática, como autor material e na forma consumada de um crime de “homicídio por negligência”, p. e p. pelos artº 134º, nº 1 e 2, do C.P.M. e artº 66º, nº 2 do Código de Estrada, na pena de 3 anos de prisão, e, como autor das contravenções aos 24º, nº 2 e 68º, nº 1 do dito C.E., nas multas de MOP\$1.500,00 e MOP\$6.000,00, respectivamente, ou, em 20 e 80 dias de prisão subsidiária. Em cúmulo, foi o arguido condenado na pena de 3 anos de prisão e MOP\$7.500,00 de multa, convertível em 100 dias de prisão, suspendendo-se, também a validade da sua licença de condução por um período de 6 meses.

Quanto à acção civil, decidiu o Tribunal:

- condenar a Companhia de Seguros a pagar aos demandantes do pedido civil a quantia de MOP\$1.110.176,00; (cfr. fls. 278).

Inconformados, recorreram o arguido e a demandada seguradora.

— O arguido (A) para, em síntese, concluir, afirmando padecer o Acórdão recorrido do vício de “insuficiência para a decisão da matéria de facto provada” assim como de “contradição insanável”, pedindo a renovação da prova e, conseqüentemente, a sua condenação pela prática de um crime de “homicídio por negligência simples” ou, anulação do julgamento, e o reenvio do processo.

Subsidiariamente, pediu a redução da pena aplicada e a suspensão da sua execução; (cfr. fls. 293 a 319).

— Por sua vez, a Companhia de Seguros, afirmando também que a matéria de facto provada era insuficiente para a decisão proferida, e pugnando por uma redução do montante arbitrado a título de indemnização; (cfr. fls. 285 a 292).

Ao recurso do arguido, respondeu o Ilustre Procurador-Adjunto pugnando pelo indeferimento do pedido de renovação de prova e pela confirmação do decidido; (cfr. fls. 335 a 346).

Quanto ao recurso da Companhia de Seguros, responderam os demandantes civis, pugnando pela sua improcedência; (cfr. fls. 360 a 370).

Admitidos os recursos, foram os autos remetidos a este T.S.I., com eles, subindo também o recurso interlocutório interposto pela Seguradora.

Colhidos os vistos dos Mm^{os} Juízes-Adjuntos, foram os autos inscritos em tabela para, em conferência, se conhecer do referido recurso interlocutório e, assim sendo, do pedido de renovação de prova.

A tanto se passa.

Fundamentação

2. Começemos por apreciar o recurso interlocutório da Companhia de

Seguros.

O mesmo tem como objecto, o despacho do Mmº Juiz “a quo”, no qual se ordenou a restituição da contestação pela recorrente apresentada após notificada da (nova) petição formulada pelos demandantes, na sequência da requerida e deferida alteração da causa de pedir e pedido.

Entendeu o Mmº Juiz “a quo” que fora tal peça tardiamente apresentada, isto, porque o foi após decorrido o prazo de 10 dias.

Daí, não a ter admitido, ordenando a sua devolução à demandada.

Por sua vez, é a recorrente de opinião que é tal prazo de 15 dias, e, nesta conformidade, notificada em 04.05.2002 e tendo apresentado a sua contestação em 16.05.2002, pugna pela sua tempestividade.

Da posição que se vier a tomar quanto ao referido prazo – de 10 ou 15 dias – depende a procedência ou improcedência do recurso em causa.

Vejamos.

Nos termos do nº 1 do artº 67º do C.P.P.M., (sob a epígrafe “Contestação” e inserido no Título VI que trata da “Parte civil”, “A pessoa contra quem for deduzido pedido de indemnização civil é notificada para, querendo, contestar no prazo de 10 dias”; (sub. nosso).

É, pois, com base neste preceito que entende o Exmº Juiz “a quo” que o prazo para a contestação (em causa) é de 10 dias.

Todavia, nos termos do artº 85º do Código da Estrada (sob a epígrafe “Pedido de indemnização no processo civil”):

“1. Deduzida acusação em processo penal contra o responsável por acidente de viação, deve o tribunal ordenar a notificação dos lesados que não se tenham constituído assistentes para, no prazo de 8 dias, deduzir o respectivo pedido de indemnização.

2. O lesado não precisa de constituir advogado e pode deduzir o pedido contra pessoas com responsabilidade meramente civil, podendo estas intervir voluntariamente no processo.

3. O pedido rege-se pelos termos do processo civil sumário, mas não há lugar ao pagamento de preparos e a falta de contestação não implica confissão dos factos”; (sub. nosso).

Atento o teor do nº 3 do citado artº 85º, alega a recorrente que remetendo tal preceito para o “processo civil sumário”, e prescrevendo o artº 671º nº 1 do C.P.C.M. (aqui aplicável) o prazo de “15 dias para a contestação” (em processo na forma sumária), este o prazo a ter em conta.

Que dizer?

Afigura-se-nos, ressalvado o devido respeito por opinião diversa, ter razão a recorrente.

Importa ter em conta que o referido artº 85º do C.E. é uma “norma especial” em relação à norma do artº 67º do C.P.P.M..

Não obstante regular este artº 67º o prazo para a contestação ao pedido civil enxertado em processo penal, (pedido de indemnização que é “fundado na prática de um crime”, cfr. artº 60º), aquele, o artº 85º do C.E., regula (especialmente) o pedido civil enxertado em processo penal em que se peticiona a indemnização por danos emergentes de um “crime ocorrido no âmbito de um acidente de viação”, que é o que sucede nos presente autos.

Há assim, uma “relação de especialidade”, sendo certo que, de acordo com os princípios gerais da interpretação das Leis, (“princípio da especialidade”) deve-se atribuir prioridade às “normas especiais” (em relação às “gerais”); (“lex specialis derogat legi generali”).

Nesta conformidade, e sem necessidade de mais alongadas considerações, sendo de 15 dias o prazo para a contestação em causa, (após notificação da alteração da causa de pedir e do pedido), e visto que a ora recorrente apresentou a sua contestação antes de expirado tal prazo, concretamente, no 12º dia, impõe-se, na procedência do recurso interposto, revogar a decisão recorrida.

Com isto, e sendo certo que o julgamento encontra-se efectuado, “quid iuris”?

Somos de opinião que todo o posteriormente processado quanto ao

“pedido civil” terá que ser anulado, pois que até o julgamento foi feito com base na nova petição apresentada, após alteração da causa de pedir e pedido.

Assim, não nos parecendo que tal afecte o julgamento quanto à “acção crime”, atento o preceituado no artº 71º, nº 4 do C.P.P.M., e a fim de se evitar delongas processuais, decide-se, em consequência da referida anulação, remeter as partes de tal pedido para acção civil em separado.

3. Passemos agora ao pedido de renovação de prova.

Na esteira do que temos vindo a decidir, o pedido de renovação de prova deduzido no âmbito de um recurso, é objecto de decisão interlocutória e a sua admissão depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

- que tenha havido documentação das declarações prestadas oralmente perante o Tribunal recorrido;
- que o recurso tenha por fundamento os vícios referidos no nº 2 do artº 400º do C.P.P.M.;
- que o recorrente indique as provas a renovar, com menção relativamente a cada uma delas dos factos a esclarecer e das razões justificativas da sua renovação; e,
- que existam razões para crer que a renovação permitirá evitar o reenvio do processo para novo julgamento, ou seja, que com a renovação, se consiga eliminar os vícios imputados à decisão recorrida”; (cfr., v.g., o Ac. deste T.S.I. de 29.03.2001, Proc. nº 32/2001-I e, mais recentemente, o de 30.01.2003, Proc. nº 6/2003).

É, assim, este o momento de o apreciar.

“In casu”, importa desde já referir que, não obstante ter o ora recorrente requerido, oportunamente, o registo da prova produzida oralmente na audiência de julgamento que decorreu na 1ª Instância (cfr. fls. 139), não foi tal pedido objecto de pronúncia, não se tendo efectuado ao registo da prova.

Perante o assim consignado, cremos que inegável é reconhecer que “comprometido” está o dito pedido de renovação de prova pelo recorrente deduzido, pois que, sem registo da prova, sentido não faz falar em “renovação” daquela.

Todavia, mesmo que por hipótese assim se não entenda, (e visto que aqui estamos), sempre se dirá que patente é inexistirem os vícios imputados ao veredicto recorrido.

Especifiquemos.

É o recorrente de opinião que padece o Acórdão recorrido do vício de “insuficiência da matéria de facto para a decisão” e de “contradição insavável da fundamentação”.

— Quanto à dita insuficiência é o recorrente de opinião que aquela se verifica dado que não basta que do julgamento efectuado se tenha dado como

assente que “após exame de pesquisa do álcool, a taxa de alcoolémia no sangue era superior ao padrão legal, atingindo 1.69 g/l”, para que, concluindo-se que “conduzia sob o efeito do álcool” decidisse qualificar a sua conduta como a prática de um crime de “homicídio por negligência grosseira”.

Não partilhamos desde entendimento.

Nos termos do artº 66º, nº 3 do C.E.:

“A negligência grosseira na condução pressupõe a verificação de algum dos seguintes requisitos:

- a) condução sob influência do álcool;
(...)”;(sub. nosso).

E, por sua vez, preceitua o artº 12º, nº 5 do mesmo código estradal que:

“Considera-se sob a influência do álcool o condutor que apresentar taxa de alcoolémia igual ou superior a 0,8 gramas por litro de sangue”; (sub. nosso).

Assim, atento que do exame ao recorrente efectuado se apurou que o mesmo apresentava uma taxa de alcoolémia de 1.69 g/l, e tendo em conta os preceitos atrás citados, quer-nos parecer que, sem esforço, é de concluir que, na altura do acidente, conduzia o recorrente “sob o efeito do álcool”. E, de qualquer forma, importa ter em conta que a imputação que lhe era feita de “conduzir sob o efeito do álcool”, resultou “provada”, não constituindo assim

uma “conclusão” ou mera dedução ou ilação.

Nestes termos, e visto que assim vinha a questão colocada, não vislumbramos o apontado vício de insuficiência.

— Detenhamo-nos, agora, na apreciação da alegada “contradição ...”

Aqui, afirma o recorrente que o Colectivo, após dar como provados todos os factos que constavam da acusação, em sede de indicação dos factos não provados, consignou que “Não ficaram provados (os seguintes factos): os restantes factos da acusação ...”, daí, extraíndo a alegada contradição, por não encontrar resposta à pergunta que formula sobre “quais os restantes factos da acusação não provados?”.

Tem razão. Há, de facto, uma “incongruência”, pois que se provados ficaram “todos” os factos da acusação, nenhum terá “restado”. Todavia, não constitui a mesma o invocado vício de “contradição”, e muito menos, insanável.

Creemos, aliás, que a mesma se deve a um mero lapso, (quijá, provocado pelo legítima preocupação do Colectivo em não deixar “escapar” nenhum facto, o que, como é sabido, pode gerar nulidade do Acórdão por “omissão de indicação dos factos não provados”; cfr. artº 355º, nº 2 e 360º do C.P.P.M.)

Com efeito, na situação “sub judice”, provados ficaram todos os factos da acusação, e, nesta conformidade, tal afirmação, no sentido de que não se provaram os “restantes”, terá que ser entendida como uma “expressão vazia de conteúdo” e de “nenhum efeito”, (visto não se referir a nenhum facto da acusação que não se provou). Assim, como mero lapso, importa efectuar a sua correcção, pelo que, em sua substituição, deve-se antes considerar que “dos factos da acusação, nenhum resultou por provar”.

Nestes termos, sanada que está a referida incongruência, e inexistindo a alegada contradição, inexistem também motivos para que por aí, pudesse ser admitida a pretendida renovação de prova.

Decisão

4. Face ao expendido, em conferência, acordam, revogar o despacho que declarou extemporânea a contestação ao pedido civil apresentada pela demandada Companhia de Seguros da China S.A.R.L., e, conseqüentemente, nos exactos termos consignados, anular todo o posteriormente processado quanto ao pedido civil enxertado, não se admitindo o pedido de renovação de prova apresentado pelo arguido (A).

Custas a cargo do arguido recorrente com taxa de justiça que se fixa em 3 UCs.

Macau, aos 6 de Março de 2003

José Maria Dias Azedo (Relator) – Choi Mou Pan – Lai Kin Hong